



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

N.º 184, DE 2015

(Do Sr. Fabricio Oliveira)

Modifica a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, para dispor sobre anterioridade mínima de exigibilidade na implementação de obrigações acessórias.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PLP-396/2014.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 113 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, passa a vigorar com o acréscimo dos seguintes §§ 4º e 5º:

“Art. 113.

.....

§ 4º A obrigação acessória somente é exigível seis meses após a publicação do ato que a instituir.

§ 5º Nos seis meses posteriores ao período previsto no § 4º deste artigo, somente será aplicada penalidade pecuniária pelo descumprimento da obrigação acessória após a aplicação de advertência, salvo nos casos de dolo, fraude ou simulação.”

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A estipulação de obrigações acessórias não está submetida ao princípio tributário da anterioridade.

Contudo, muitas vezes a criação de deveres instrumentais demanda dos contribuintes investimentos em estrutura e capacitação técnica, bem como tempo de adaptação.

O presente projeto visa suprir essa necessidade, mediante regulamentação da anterioridade das obrigações acessórias e medidas menos punitivas que educativas.

Assim, cremos na aprovação do projeto pelos Eminentíssimos Pares.

Sala das Sessões, em 3 de novembro de 2015.

Deputado FABRÍCIO OLIVEIRA

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
 Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
 Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
 Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966

Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e
 Institui Normas Gerais de Direito Tributário
 Aplicáveis à União, Estados e Municípios.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....
LIVRO SEGUNDO
NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

TÍTULO II
OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 113. A obrigação tributária é principal ou acessória.

§ 1º A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 2º A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

§ 3º A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente a penalidade pecuniária.

CAPÍTULO II
FATO GERADOR

Art. 114. Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.

.....

FIM DO DOCUMENTO